

**O PAPEL EDUCATIVO DAS COOPERATIVAS DO MST
DE SÃO PAULO E SEUS LIMITES¹**

**EL PAPEL EDUCATIVO DE LAS COOPERATIVAS DEL MST
SÃO PAULO Y SUS LÍMITES**

**THE EDUCATIONAL ROLE OF COOPERATIVES OF THE MST
SÃO PAULO AND ITS LIMITS**

Henrique Tahan Novaes²

hetanov@gmail.com

João Henrique Souza Pires³

souzapires77@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende abordar o papel educativo da cooperação e do cooperativismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela construção do trabalho emancipado, bem como apontar seus limites. A primeira parte do artigo recupera a história do cooperativismo do MST, especialmente no Estado de São Paulo. A segunda parte analisa a cooperação e do cooperativismo nos assentamentos do MST diante da nova ofensiva do agronegócio neste estado. A pesquisa foi realizada através pesquisa documental, bibliográfica, empírica (entrevista e observação indireta). Concluímos que a luta por novas formas de produção e consumo fazem parte da estratégia do MST, especialmente o cooperativismo e a agroecologia, tendo em vista a construção de novas relações sociais no campo e a venda de alimentos saudáveis, e por isso, elas possuem um papel educativo. Porém, as mesmas têm enfrentado enormes dificuldades e limites, em função do avanço do agronegócio e do bloqueio do Estado a reforma agrária, especialmente no que se refere a criação das condições gerais de produção e reprodução da vida no campo, além das dificuldades de venda da produção na cidade.

Palavras Chave: Cooperação, Cooperativismo, Movimento Sem Terra, São Paulo, Educação.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo abordar el papel educativo de la cooperación y el cooperativismo del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la lucha por la construcción del trabajo emancipado, así como señalar sus límites. La primera parte del artículo recupera la historia del cooperativismo del MST, especialmente en el Estado de São Paulo. La segunda parte analiza la cooperación y el cooperativismo en los asentamientos del MST ante la nueva ofensiva agroindustrial

¹ Agradecemos as críticas, comentários e sugestões dos dois pareceristas. Eles foram valiosos para o aprimoramento desta versão. Agradecemos também a revisora ortográfica Heloísa Brenha Ribeiro e a Fapesp.

² Docente da FFC UNESP Marília. Professor do Programa de Pós Graduação em Educação.

³ Doutor em Educação na UNESP Marília.

en este estado. La investigación se realizó mediante investigación documental, bibliográfica, empírica (entrevista y observación indirecta). Concluimos que la lucha por nuevas formas de producción y consumo son parte de la estrategia del MST, especialmente el cooperativismo y la agroecología, con miras a construir nuevas relaciones sociales en el campo y vender alimentos saludables, y por eso tienen un rol educativo. Sin embargo, han enfrentado enormes dificultades y límites, por el avance de la agroindustria y el bloqueo del Estado a la reforma agraria, especialmente en lo que respecta a la creación de las condiciones generales de producción y reproducción de la vida en el campo, además de las dificultades de venta de la producción en la ciudad.

Palabras clave: Cooperación, Cooperativismo, Movimiento Sin Tierra, São Paulo, Educación.

Abstract

This article aims to address the educational role of cooperation and cooperativism of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the struggle for the construction of emancipated labour, as well as pointing out its limits. The first part of the article recovers the history of the MST's cooperativism, especially in the State of São Paulo. The second part analyzes cooperation and cooperativism in the MST settlements in the face of the new agribusiness offensive in this state. The research was carried out through analysis of the main documents of the MST, bibliographic review and empirical research (interview and indirect observation). We conclude that the struggle for new forms of production and consumption are part of the MST's strategy, especially cooperativism and agroecology, with a view to building new social relationships in the countryside and selling healthy foods, and therefore, they have an educational role. However, they have faced enormous difficulties and limits, due to the advance of agribusiness and the block of the State to agrarian reform, especially with regard to the creation of general conditions of production and reproduction of life in the countryside, in addition to the difficulties of sale production in the city.

Keywords: Cooperation, Cooperativism, Landless Rural Workers, São Paulo, Education.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1970, estamos presenciando uma grande ofensiva do capital. Em Novaes, Mazin e Santos (2015) delineamos as principais dimensões dessa ofensiva: a) pressão para a livre circulação do capital financeiro, resultando na reestruturação produtiva do campo e da cidade; b) inovações tecnológicas que intensificaram a produção e a diversificação das mercadorias; c) expansão do capital em direção a setores ainda não sujeitos à plena mercantilização, como a saúde e a educação, com uma onda de privatizações, que elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar; d) implementação de processos de realocização e terceirização das corporações.

O Estado de São Paulo é um dos Estados privilegiados da federação para observação dessa ofensiva, em especial a reestruturação do campo e a (im)possibilidade de uma reforma

agrária que tenha como alicerce a cooperação, o cooperativismo, o associativismo e a agroecologia nos assentamentos.

Este artigo foi dividido em duas partes. A primeira parte faz um resgate histórico da cooperação e do cooperativismo nos assentamentos do MST. A segunda parte retrata algumas tendências de cooperação e cooperativismo diante da nova ofensiva do agronegócio no Estado, especialmente para mostrar os limites destas experiências e as possibilidades da agroecologia. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi realizada através de a) pesquisa documental: recorreremos aos principais documentos do MST sobre cooperação e cooperativismo, b) pesquisa bibliográfica, nos baseando principalmente nos trabalhos de Christoffoli (2012), Scopinho (2006), Stédile e Fernandes (1999), c) pesquisa empírica, através da entrevista com uma liderança do MST e observação indireta, uma vez que um dos autores viveu num assentamento e participou de inúmeras decisões locais/regionais e o outro fez pesquisas em vários assentamentos do Estado de São Paulo e do Brasil.

LUTAS SOCIAIS, MST E SUA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO

As lutas e resistências ao trabalho escravo e contra as mazelas do monopólio da terra fazem parte da história do Brasil (MOURA, 2010). Diversas experiências de resistência — como o Quilombo dos Palmares (que durou cerca de um século até ser finalmente destruído em 1695), Canudos (1886-87), Cabanagem (1835-40), Contestado (1912-16) e Ligas Camponesas (sobre tudo nos anos de 1947 e 1964) — foram duramente reprimidas pelo Estado brasileiro, representante do pacto entre as elites conservadoras-latifundiárias e o capital estrangeiro.

Para se ter uma ideia, na região de Ribeirão Preto, surge a Liga Camponesa de Dumont, sob intermédio do PCB. Foi puxada por João Guerreiro Filho, Pedro Salla, Miguel Bernard e Vitório Negre, militantes defensores dos interesses dos camponeses. Em 1947, após a entrada do PCB na ilegalidade, a casa da família Guerreiro foi invadida e revistada (WELCH, 2010, p. 131-32). Welch (2010) observa que o aumento da popularidade do PCB entre 1945 e 1947 e seu sucesso eleitoral levaram o governo a tornar o partido clandestino em maio de 1947, e a reprimir gradualmente as ligas. E continua:

Em 9 de maio, a polícia invadiu o partido na sede da UGT e confiscou uma longa lista de aparelhos políticos e material organizacional, inclusive seis convites vermelhos para os ‘trabalhadores rurais de Barrinha’, um estatuto para os ‘trabalhadores assalariados agrícolas’ e dois recibos mensais para membros da Liga Camponesa de Dumont. Dentro de um dia, a polícia invadiu a casa dos pais de Guerreiro e levou os materiais da liga que ele havia deixado lá. Seis policiais saquearam a casa do camponês Pedro Salla, mas não foi encontrado nenhum documento (WELCH, 2010, p. 145).⁴

O surgimento do MST e de outros movimentos sociais que impulsionaram o processo de *redemocratização* do país nos anos 1980, através da ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras (com a tática de ocupação do latifúndio improdutivo), recoloca a luta pela terra como algo latente no cenário do Estado brasileiro, o qual, mesmo reprimindo duramente essas lutas, não conseguiu conter a reorganização da classe trabalhadora no campo.⁵

Essa postura forte de luta e ocupação de terras por parte dos trabalhadores organizados, particularmente no MST, forjou a conquista de vários assentamentos destinados à reforma agrária. Os territórios conquistados sobre a influência organizativa do MST lutaram para se manter e progredir de forma mais ou menos independente, não subordinados ao agronegócio e ao grande capital.

Considerando que os assentamentos estão imersos dentro de um espaço mais amplo e de cunho capitalista, os territórios conquistados não estavam e não estão imunes à ofensiva do capital e a uma possível reconcentração dos assentamentos, caso nenhuma ação de organização sócio produtiva alternativa fosse tomada (CHRISTOFFOLI, 2012).

Após a conquista dos primeiros assentamentos, ficou cada vez mais claro para a militância do MST que a questão da luta pela terra não podia se limitar apenas à conquista do assentamento. O capital não aceitaria cedê-lo sem resistência, não sem tentar submetê-lo à sua lógica de funcionamento. Quando isto não fosse possível, faria de tudo para retomar o território perdido. Destacamos o processo de capitalização do campo, incentivado via a revolução verde e todas as suas etapas durante a ditadura militar, o qual teve um grande impacto na organização produtiva do Brasil. Pode-se considerar que os trabalhadores sem-terra não estavam imunes a esse processo de industrialização dependente e de mercantilização do campo brasileiro.

⁴ “Em setembro de 1949, no município de Tupã, uma reunião de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tratava da realização de um Congresso de trabalhadores rurais da [região da] Alta Paulista, foi violentamente reprimida pela polícia. Morreram três comunistas e um policial no confronto. Apesar da grande repercussão nacional obtida naquele momento, o episódio foi relegado ao esquecimento na história da cidade” (LIMA, 2009, p. XX). Ver também Barriguelli (1981) e Lima (2009).

⁵ Ver Morisawa (2001), Martins (2004), Stédile e Fernandes (1999) e Rodrigues (2020).

Nessa conjuntura, o movimento indicou, além da ocupação e da conquista de territórios, a necessidade de organizar e potencializar a produção nas áreas de assentamento já conquistadas, a postura tomada foi a de “desenvolvimento da cooperação como forma de ação estratégica em vista [não só] do avanço do capital sobre as áreas reformadas, mas também como ensaio para a organização futura da agricultura numa sociedade socialista” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 171).

Destaca-se que, em um primeiro momento, entre 1979 e 1983, a organização da luta pela terra teve grande influência da Igreja Católica. Nessa dinâmica se difundia uma lógica de “Terra de Deus, terra de irmão”. Assim, não se pensava uma organização produtiva na perspectiva de resultados econômicos, mas, sim, em uma perspectiva mais de divindade, ligada à lógica da Igreja (MATEUS, 2015).⁶

Organizados em unidades familiares com pequena escala produtiva, baixa intensidade do uso de capital, tecnologias intensivas em trabalho, baixo desenvolvimento das forças produtivas e quase nenhuma inserção nos mercados, se tratava de uma economia de subsistência complementada pela inserção no mercado de uma ou duas linhas de crédito (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 172).⁷

A concepção era de que todo mundo deveria trabalhar junto, dividindo o que tem, e trabalhar mais, pensando na subsistência. Nessa dinâmica, criaram-se pequenas associações não com um objetivo econômico, mas com a finalidade de construir uma comunidade camponesa católica. No entanto, o crescente movimento de massa no campo e a abertura política dos anos 1980 levaram o MST a um envolvimento político, de luta, de ocupações e de conquistas, que transcende a concepção da Igreja, fazendo com que o movimento passasse a discutir sua própria concepção de cooperação (MATEUS, 2015).

Christoffoli (2012) salienta que as primeiras experiências de associativismo, embora vitais para a sobrevivência dos trabalhadores, não conseguiram alcançar níveis elevados de abrangência. Muitas iniciativas foram inviabilizadas pelas dificuldades impostas pela burocracia estatal e, principalmente, pela lógica de produção capitalista (acesso a capitais, tecnologias e gestão).

As dificuldades enfrentadas nesse primeiro momento da organização associativa e/ou cooperativista dos trabalhadores — seja pelo limite da concepção dos próprios trabalhadores, seja pelo processo de regularização fundiária feita pelo Estado, sem considerar

⁶ Ver também Stedile e Fernandes (2005).

⁷ Ver também Cerioli (1997), Cerioli e Martins (1999), Martins (2004), Dal Ri e Vicitez (2008) e Cardoso (1994).

a viabilidade econômica e de sustentação das famílias — acarretaram a constituição de assentamentos empobrecidos, fazendo com que muitos trabalhadores buscassem assalariamento externo para complementar a sua renda.

Considerando as experiências desse primeiro momento, que teve como base grupos coletivos e semicoletivos, e posteriormente de estudos das experiências de países socialistas (Cuba, China, Alemanha Oriental, Bulgária), passa a ser concebido no MST um referencial de organização cooperativa de cunho socialista, tendo por base a exploração coletiva dos meios de produção e trabalho. Nesse sentido, inicia-se, através de pequenos grupos coletivos que posteriormente se tornam grandes cooperativas totalmente coletivas, a organização de cooperativas englobando assentamentos inteiros denominadas de cooperativas de produção agropecuária (CPA).⁸

João Bernardo (2012) descreve que, diante de um cenário em que a política agrária penalizava o pequeno agricultor, o MST se lançou a conceber cooperativas. Era necessário encontrar meios e condições que possibilitassem ao trabalhador o acesso a recursos financeiros, técnicos e condições favoráveis de produção e comercialização.

O salto de qualidade na concepção do movimento seria o de socializar tudo, todos os *fatores de produção*: terra, capital e trabalho. Nesse cenário, o MST passa a uma nova fase. Com base na experiência cubana, o movimento avança no debate e na ação, pensando na concepção de um sistema cooperativista para o Brasil, um sistema nacional com a função de atender as demandas das diferentes realidades dos assentados no país.

A organização das cooperativas, associada à consolidação das agroindústrias, tinha por objetivo a inserção dos produtos da reforma agrária no mercado. Acreditava-se que, através dessas ações, ocorreria uma qualificação da produção e, conseqüentemente, uma evolução social e econômica das famílias assentadas.

Destaca-se que, nesse momento, o MST lutava por uma reforma agrária do tipo clássica. Para Toná (2011), o movimento acreditava que havia interesse por parte da classe dominante e que, conseqüentemente, haveria a possibilidade de inserção dos camponeses na produção capitalista, com interesses complementares entre esses e a indústria.

No final dos anos de 1980, o MST cria o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Já no início dos anos de 1990, o número de cooperativas agropecuárias nos assentamentos do movimento aumenta consideravelmente. Esse processo levou à formação

⁸ Ver Christoffoli (2015) e Vazzoler (2004).

da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), em 1992, a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização e de 7 centrais cooperativas estaduais. Paralelamente a isso, foram organizadas mais de 40 cooperativas de produção agropecuária, “muitas inteiramente coletivistas, verdadeiras ilhas socialistas não só quanto à organização do trabalho mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches” (BERNARDO, 2012).

As cooperativas de produção fundadas pelo MST tinham personalidade jurídica para que pudessem se inserir no circuito mercantil. Sua organização busca a autonomia dos assentamentos, além do planejamento da produção e da criação de vias diretas de comercialização, eliminando os tradicionais atravessadores (intermediários), com a ideia de ter o controle sobre toda a cadeia produtiva (BERNARDO, 2012).

Apesar da euforia, os desafios e as contradições impostos pela lógica capitalista foram grandes:

o desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas resultaram numa reversão parcial das experiências, inicialmente fracionando-se em grupos semicoletivos e finalmente na desestruturação completa de diversas iniciativas complexas de cooperação. A defasagem entre a proposta concebida pelo movimento, de coletivos autogestionários totais, a falta de apoio estatal, o preparo técnico insuficiente e as contradições derivadas da consciência organizativa artesanal dos camponeses foram fatais para muitas dessas experiências e forçaram um recuo tático do movimento (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 175).

Não se pode ignorar, nessa conjuntura, a própria ação estatal, que colocou vários empecilhos e dificuldades para que a proposta do movimento se concretizasse. A falta de compreensão e o aparato jurídico institucional para viabilizar a autogestão e a coletivização dos meios de produção e do trabalho agiam como fortes agentes inibidores, contrários à proposta do MST.⁹

Diante disso, a Concrab passa a concentrar as ações ligadas a cooperação a partir de 1994. Através dela, os esforços passam a ser direcionados para a constituição de cooperativas regionais de prestação de serviços, e não mais para os coletivos autogestionários. Esse

⁹ O governo Collor por exemplo, restringiu os créditos e a assistência técnica para a pequena agricultura, extinguiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, esvaziou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e recorreu à Polícia Federal para reprimir o MST, mandando invadir secretarias estaduais, apreender documentos, e prender e instaurar processos judiciais contra as lideranças. Esse período de repressão provocou uma queda à quase metade do número total de ocupações, que passou de 80 em 1989, para 49 em 1990. Também o número de famílias mobilizadas caiu praticamente à metade, passando de 16.030 para 8.234, no mesmo período. Nessa conjuntura difícil, tendo de sobreviver na defensiva e contando sobretudo com os próprios recursos, o MST concentrou-se no desenvolvimento das cooperativas de produção (BERNARDO, 2012).

modelo permitiu uma maior flexibilidade para a organização, e a aglutinação de famílias assentadas, que antes produziam individualmente em seus lotes.

Em meio a essa conjuntura, a concepção de cooperação no MST busca transcender a simples questão de produção ou mesmo de organização jurídica burocrática. Ela também deve potencializar a formação política e ideológica necessária para que os assentados participem em lutas e reivindicações solidárias a outras categorias que não só a do trabalhador do campo.

Para Christoffoli (2012, p. 55), atualmente, a concepção de cooperação do MST tem uma perspectiva que traz o *desenvolvimento* econômico e social, por meio de valores humanistas e socialistas. Acredita-se que essa concepção não deve se restringir apenas aos objetivos organizativos, políticos e econômicos, mas, sim, ser compreendida como uma ferramenta de luta construída coletivamente, de forma a contribuir não só com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras assentados em núcleos de base como também com a formação prática de militantes para a luta política, econômica e cultural.

Caldart (2004) acredita que a cooperação e o cooperativismo têm um enorme papel educativo porque ensinam para os trabalhadores camponeses como produzir alimentos e a vida em outras relações sociais. A experimentação da gestão democrática, das assembleias, núcleos de base, do trabalho coletivo, são fundamentais para o MST.

Em termos mais gerais, podemos concluir provisoriamente que a cooperação e o cooperativismo ensinam a classe trabalhadora a vivenciar novas relações sociais, não permeadas pela venda da força de trabalho e acumulação de capital (NOVAES et. al, 2018, MENEZES NETO, 2001). No entanto, é preciso salientar que a agenda da cooperação e do cooperativismo do MST tem encontrado enorme dificuldade de penetração nas lutas do movimento, especialmente na última década.

COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO DO MST DE SÃO PAULO DIANTE DO ESTADO CAPITALISTA

Como ressaltado no tópico anterior, no decorrer dos anos 1980, crescem as ocupações de terras como tática para forçar o processo de reforma agrária. No Estado de São Paulo, durante o período do governo Montoro (1983-87), houve três ocupações: uma na região de Itapeva, outra na região de Campinas e Sumaré, e a última no Pontal do Paranapanema (MATHEUS, 2005). Na época, foi criado o Instituto de Ações Fundiárias

(IAF), órgão estatal que estabeleceu o diálogo com o MST e outros movimentos sociais do campo. Hoje, o MST conta com cerca de 150 assentamentos no Estado de São Paulo.

Como parte do que já vinha ocorrendo com o MST como um todo, a discussão interna do movimento já buscava superar aquelas primeiras concepções e a organização associativista ou de cooperativas fundadas na perspectiva da Igreja. Já se vislumbrava a formulação de cooperativas ou associações para a qualificação da produção e para o acesso ao mercado, com o objetivo de melhorar a renda das famílias assentadas.

Além de criar o IAF, o governo Montoro também foi responsável pela criação de outros instrumentos que já não existem mais, tais como linhas de crédito e equipes de assistência técnica aos assentamentos. A perspectiva era a de avançar com a reforma agrária no Estado de São Paulo e, para isso, foi financiado um parque de máquinas através da Caixa Econômica Estadual, a fim de viabilizar a criação de associações de máquinas e serviços.

Podemos utilizar como referência a experiência de um assentamento da cidade de Pirituba que, naquele momento, diferentemente do que ocorre na conjuntura atual, não foi dividido em lotes individuais, mas, sim, organizado em glebas coletivas compostas entre 10 e 15 famílias, que recebiam apoio e assistência da associação de máquinas e serviços. Nesse sentido, já se encontra em fase de desenvolvimento a concepção própria do movimento para a cooperação, a qual buscava criar um sistema cooperativista no Brasil, ou seja, um sistema nacional que visava a certa autonomia do movimento e, ao mesmo tempo, a um controle e à qualificação da cadeia produtiva.

Com a mudança do governo Montoro para o governo Quéricia, aparecem problemas para o avanço da reforma agrária no Estado. Isso influencia diretamente a descontinuidade do então novo sistema cooperativista. Não se trata aqui de dizer que os problemas eram exclusivos da troca de governo, mas, sim, de pontuar que a mudança do governo influenciou de forma incisiva o processo.

Com a troca de governo, inicia-se um combate ao diálogo com as organizações sociais da classe trabalhadora, ocasionado, principalmente, a substituição de toda a equipe responsável. Assim, ingressa uma nova equipe, que se opunha ao MST no Estado de São Paulo e, indiretamente, combatia a experiência do movimento, que primava pela autogestão e pela organização coletiva dos assentamentos. Não poderemos desenvolver neste artigo uma teoria do Estado capitalista, especialmente seu papel decisivo no combate direto (repressão)

aos movimentos sociais ou indireto (cooptação e negação de direitos)¹⁰. De qualquer forma, cabe destacar que as pequenas concessões que se se deram no início da chamada redemocratização estavam se transformando em negações explícitas de direitos populares.

À desfavorável conjuntura tanto no cenário estadual como no federal, com a entrada do governo Collor e a implementação de políticas de cunho neoliberal, somavam-se os limites de formação interna do próprio movimento. É nesse contexto que as cooperativas de produção agropecuária entram em crise, muitas delas sucumbindo de forma definitiva. Das poucas restantes no Estado de São Paulo, destaca-se a Coopava em Itapeva (SANTOS, 2015).¹¹

Em meio a isso, o MST recorre, em nível nacional, a uma postura cuja finalidade era a de não deixar o movimento se abater completamente pela crise. Para tal, foram criadas cooperativas regionais de prestação de serviços e de comercialização, com o intuito de atender às demandas e de fortalecer a organização dos assentados regionalmente.

Olhando os avanços e os recuos do MST, é possível constatar que há uma oscilação diretamente ligada à forma como os governos reprimem, reagem e se antecipam às ações dos movimentos sociais anticapital. Nos momentos em que o debate da reforma agrária avançou, e que o governo em alguma medida cedeu, ou seja, quando a entidade governamental criou alguns mecanismos para de fato avançar na reforma agrária, as experiências avançaram. Já em períodos em que o governo retrocedeu, as experiências entraram em crise.

Como exemplo, salientamos o governo federal de Fernando Henrique Cardoso, que procurou conduzir os aspectos econômicos da reforma agrária, de modo a isolar politicamente o MST e a desarticular sua base social. Para tanto, criou em 1998 o Banco da Terra, com o objetivo de substituir as ocupações no acesso à terra através de mecanismos do mercado.

João Bernardo (2012) aponta que a estratégia mais marcante tomada por Fernando Henrique Cardoso no confronto com o MST consistiu no apoio à agricultura familiar e na promoção da relação direta das famílias camponesas com o mercado, em detrimento da relação coletiva efetuada mediante as cooperativas de assentados¹².

Essa ação acarretou um bloqueio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer), o qual acabou extinto em 1999, não sem antes ser substituído, já em 1995,

¹⁰ Sobre isso, ver Mészáros (2014), Miliband (1972) e Ianni (2009).

¹¹ Ver também Vazzoler (2004).

¹² Ver também Hilsenbeck Filho (2012).

pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cuja denominação é elucidativa¹³. “No ano seguinte, o Pronaf deixou de ser apenas uma linha de crédito e converteu-se em programa governamental. Tratava-se de desarticular as cooperativas de produção, desviando o crédito para a agricultura familiar” (BERNARDO, 2012).

A substituição do Procefa pelo Pronaf colocou as cooperativas de produção agropecuária em enormes problemas de financiamento, de certa forma forçando o MST a deixar de privilegiar a formação das cooperativas com âmbito mais complexo, e a apresentar propostas de cooperação ligada a formas convencionais de comercialização que não pautam o conjunto dos processos de trabalho. Desde então, a direção do MST passa a dar prioridade às cooperativas de prestação de serviços.

Ao iniciar a nova linha de promoção da agricultura familiar mediante os créditos do Pronaf, Fernando Henrique Cardoso obteve um notável triunfo estratégico, em uma presidência que, de resto, não se assinalou por grandes êxitos. Como em tantos outros aspectos, o governo Lula prolongou as orientações do governo anterior. As verbas do Pronaf quadruplicaram entre as safras de 2002-2003 e 2006-2007 (BERNARDO, 2012).

Poderíamos ilustrar nossos argumentos com a experiência do Assentamento Reunidas, em Promissão, da COCAMP, no Pontal do Paranapanema, e do Assentamento Sepé Tiarajú, entre os municípios de Serra Azul e Serrana.

Segundo Santos (2007), a Fazenda Reunidas foi o centro da disputa social pela terra na região. No ano de 1983, começou a ser cogitada a possibilidade de desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária, o que se concretizou com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O Assentamento Reunidas localiza-se no município de Promissão, interior do Estado São Paulo, a 450 quilômetros da capital, e surge em meados dos anos 1980, contemporâneo às reformulações do I PNRA. As discussões locais sobre reforma agrária e democracia resultaram na formulação de uma demanda concreta: a desapropriação da Fazenda Reunidas. Em junho de 1985, ela aparece na relação dos imóveis que poderiam ser considerados prioritários para reforma agrária no Brasil.

Ainda de acordo com Santos (2007), no dia 30 de junho de 1986, foi assinado pelo presidente Sarney o decreto-lei nº 92.876, desapropriando a Fazenda Reunidas. Em 1987, é efetivada a emissão de posse em nome da União e iniciam-se o cadastramento e a

¹³ Para uma visão bem ampla sobre os assentamentos e políticas públicas no Brasil, ver o livro organizado por Medeiros e Leite (2009).

acomodação das famílias. Em princípio, foram selecionadas 800, além do grupo de Campinas, que havia acampado com 350 famílias, e do grupo das 44 famílias que já estavam acampadas ali havia mais de um ano. Logo depois, o grupo dos 44 recebeu a autorização de uso da terra da fazenda para seus determinados fins.

Os trabalhadores que ocuparam a Fazenda Reunidas vinham de diversas cidades, tais como: Lins, Getulina, Promissão, Ubarana, José Bonifácio, Sabino, Birigui, Penápolis, Campinas e região. Esses trabalhadores viveram diferentes histórias, marcadas seja pela experiência do trabalho assalariado — em alguns casos temporário, em outros, permanente — seja pela experiência de meeiro, arrendatário e parceiro (SANTOS, 2007).

Em junho de 1988, algumas famílias selecionadas começaram a ser assentadas, sendo agrupadas por municípios de origem. Nessa fase, grande parte das famílias recém-assentadas construíram seus barracos de lona ou pau-a-pique, divididos em agrovilas, que foi a forma encontrada para organizar socialmente o assentamento. Essas agrovilas eram organizadas por região de origem dos trabalhadores, assim, a distribuição das famílias ficou da seguinte forma: 101 famílias pertencentes à Agrovila dos 44; 78 famílias à Agrovila Birigui; 98 à Agrovila Lins ou Central; 12 famílias pertencentes ao Grupos dos Doze; 80 famílias à Agrovila José Bonifácio; 74 à Agrovila de Campinas; 83 à Agrovila Penápolis; 31 à Agrovila do Cintra; 30 à Agrovila São João; e por fim 42 à Agrovila São Pedro. Totalizavam-se assim 629 famílias distribuídas em 8 agrovilas. Cada família foi assentada em 19,36 hectares, exceto a Agrovila de Campinas, onde, pelo processo de ocupação da terra, cada família teve direito a 17 hectares, em média.

Santos (2007) divide a constituição do Assentamento Reunidas em três momentos. O primeiro é fruto da ação organizada dos trabalhadores da região de Promissão, cuja orientação foi mediada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), quando 44 famílias iniciaram no ano de 1986, um acampamento à beira da Fazenda Reunidas, objetivando pressionar o governo a desapropriar a área. No momento seguinte, em 1987, após a imissão de posse da Fazenda em nome da União, em 29 de outubro, 350 famílias advindas da região de Campinas chegaram à Fazenda Reunidas, à beira da BR-153, e formaram outro acampamento, chamado Padre Josimo Moraes de Tavares. Essas famílias estavam desde 1985 sendo organizadas pelo MST e por um grupo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da região. O último momento se dá em julho de 1988, quando são assentadas, pelo governo federal, as famílias selecionadas pela comissão de seleção, que foram organizadas nas cidades da região.

A base da organização social do assentamento eram as agrovilas, que podem ser comparadas aos bairros dos centros urbanos, e, como mencionado, foram divididas conforme a cidade de origem da família assentada. Nas agrovilas, existe uma área destinada à construção de moradias, escolas, posto de saúde, centro comunitário e áreas de lazer (SANTOS, 2007).

Quanto ao processo de formação do assentamento, no Assentamento Reunidas não foi discutido e elaborado um programa, projeto ou plano de desenvolvimento do assentamento junto às famílias assentadas, tampouco foi elaborado um diagnóstico da área do projeto para que se pudessem finalmente preparar propostas que contemplassem uma visão de futuro do assentamento, com programas produtivos, ou seja, com um sistema de produção a ser implantado, com análise de viabilidade econômica e observação dos aspectos sociais.

Dado o atraso na implantação de um projeto, a falta de infraestrutura e a indefinição da divisão dos lotes, as primeiras famílias acionadas pela comissão de seleção vieram para o local apenas com o objetivo de ocupar a área. No início da década de 1990, a grande maioria desses assentados passaram a residir no assentamento sem suas famílias. Os camponeses construíram seus barracos e fizeram pequenas plantações, que eram cuidadas apenas por eles, com auxílio ocasional de um ou outro membro da família.

Santos (2007) observa que ainda não existiam financiamentos para investimento, tão pouco havia recursos para investir em qualquer atividade produtiva. A escolha das atividades produtivas estava muito mais vinculada às linhas de crédito que poderiam vir a ser disponibilizadas do que à aptidão ou à viabilidade econômica dessas atividades.

No que se refere ao fator “organização interna dos assentados”, entre as primeiras experiências de organização dos produtores assentados, destacam-se os “grupos de tratores”. Essa organização inicial foi resultado da liberação do crédito de investimento no final da década de 1980, na qual mais de 400 famílias tiveram acesso a esse financiamento para aquisição de tratores e implementos, que foram distribuídos entre grupos de 10 famílias por todo o assentamento.

Daí então o nome: grupo de tratores. Essa experiência de trabalho em grupo durou duas safras, os grupos foram desarticulados e, desde então, há uma forte predominância do trabalho familiar (SANTOS, 2007). Para ela:

o que se percebe é que existe um problema cultural em relação às organizações. Há predominância da propriedade individual e uma cultura do assentado ser seu próprio patrão. Para os assentados a formação de uma organização implica na

perda da liberdade de produzir e de crescer com a sua família (Santos, 2007, p. XX).

Ainda segundo a autora, a experiência da Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares (COPAJOTA) foi a que mais contribuiu para desenvolvimento das organizações dos trabalhadores no Assentamento Reunidas. A partir dela, surgiram mais quatro organizações.¹⁴

Em 1995, a COPAJOTA tinha 15 estufas cultivando alface, tomate, pimentão colorido, pepino e vagem, com uma produção semanal de mais de 150 caixas. Já na pecuária leiteira, eram 90 cabeças, com a produção diária 400 litros de leite. O adiantamento das sobras era mensal, e o valor por família girava em torno de dois salários mínimos (R\$ 200,00), isso sem contabilizar a produção para autoconsumo. Os novos investimentos tinham como única fonte de recursos os financiamentos do Procerá e FEAP. Isso se refletiu, pelo ano de 1998, em um alto grau de endividamento. A cooperativa já não conseguia continuar com suas atividades produtivas, acumulavam-se as parcelas dos financiamentos, os empréstimos e as compras realizadas no comércio. Em 1999, a cooperativa paralisa todas suas atividades. Só em 2004, retomou-se novamente o processo de individualização e renegociação das dívidas do Procerá, FEAP e Finsocial para regularizar a situação de inadimplência dos seus associados. Essa experiência de organização tem uma contribuição de extrema importância, tanto nas discussões sobre as diversas formas de organização dos trabalhadores, sobre o modelo de produção, planejamento e gerenciamento, e sobre as formas de distribuição das sobras, quanto em relação ao seu papel no desenvolvimento do assentamento (SANTOS, 2007).¹⁵

Ribas (2004) analisou o caso da COCAMP, no Pontal do Paranapanema. Ela foi fundada em 28 de dezembro de 1994, por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. Entre o final de 1994 e ao longo de 1995, a cooperativa esteve voltada, exclusivamente, para atividades vinculadas à organização de sua documentação. A partir de abril de 1996, a cooperativa passou a ter um setor físico, estruturado a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais.

¹⁴ Segundo Santos (2007, p. XX), “a COPAJOTA representou diversos avanços para seu período, 1992 a 1998, porém, também foi a experiência que apresentou graves problemas de organização interna, de gerenciamento e políticos. O modelo de organização interna era baseado nas experiências do Sul do país, principalmente do Rio Grande do Sul. A distribuição das sobras era através das horas trabalhadas, e não pelo aporte de capital, ou seja, o trabalho prevalecia sobre o capital. Em 1994, essa forma foi fortemente questionada por parte dos associados, pois esses queriam que a distribuição das sobras fosse por titularidade do lote, ou seja, dividindo em partes iguais por família e não pelas horas trabalhadas pelos sócios, resultando na saída de 17 famílias e mais de 30 sócios. Foi o primeiro ‘racha’ da cooperativa”.

¹⁵ Para saber mais sobre o Assentamento Reunidas, ver também Leandro (2002).

Ribas (2004) afirma que a gênese da COCAMP está ligada ao processo de territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, pois, a partir da conquista dos assentamentos rurais, o movimento passou a articular a luta pela terra com a necessidade de gestão política e territorial dos assentamentos (organização da produção, comercialização, construção de casas, saneamento básico etc.).

Ribas (2004), assim como quase todos os demais pesquisadores aqui citados, observa que as primeiras experiências de organização cooperativa desenvolvidas pelo MST consistiram em grupos coletivos, grupos de ajuda mútua, baseados nas práticas da Igreja Católica. Posteriormente, esses grupos incentivaram outras experiências, com os grupos de máquinas e com as associações. Já no final da década de 1980, o MST iniciou suas experiências com pequenas cooperativas, as cooperativas de produção agropecuárias, caracterizadas por uma gestão inteiramente coletiva dos lotes e da produção¹⁶.

Para o autor, a partir desses tentames, a direção do MST entendeu que havia uma necessidade crescente de potencializar uma cooperação em massa. Essa redefinição resultou na criação das cooperativas de prestação de serviço (CPS). A partir dessas novas experiências, iniciaram-se as discussões sobre as cooperativas regionais, sendo que, em 1993, surgiram a COANOL, em Laranjeiras/PR e a COAGRI, em Sarandi/RS. Em 1994, no Pontal do Paranapanema, surgiu a COCAMP, que resultou de uma série de discussões para atender aos grupos de famílias dos assentamentos já existentes (Gleba XV de Novembro, Água Sumida, Santa Rita, Che Guevara, São Bento e Rosana). A COCAMP possui atualmente um quadro de 2.220 cooperados, distribuídos por 12 municípios do Pontal do Paranapanema (Ribas, 2004).

O Assentamento Sepé Tiarajú, por sua vez, localiza-se entre os municípios de Serra Azul e Serrana, na região de Ribeirão Preto. Em abril de 2000, 100 famílias ocuparam ali uma área de aproximadamente 790 hectares da antiga Usina Nova União, em terras tomadas pelo governo do Estado de São Paulo dos usineiros, a título de pagamento de dívidas e tributos sociais.¹⁷ Em agosto de 2003, o Incra comprou a área e, em 20 de setembro de 2004,

¹⁶ Para saber mais sobre o Pontal, ver também Sobreiro Filho, Silva e Origuela (2014).

¹⁷ Scopinho (2006) observa que as mudanças advindas da internacionalização da economia aceleraram a reconfiguração da base produtiva, provocando forte impacto na oferta de empregos no Estado de São Paulo. Nas regiões de economia agroindustrial como a de Ribeirão Preto, a intensificação da mecanização agrícola através do uso de colheitadeiras mecânicas provocou desemprego estrutural na agricultura, especialmente na canavieira. O desemprego, tanto urbano quanto rural, aliado à ausência de alternativas de geração de renda e à omissão do Estado no que se refere à situação dos desempregados, obrigou a população a sobreviver precariamente do trabalho informal nas periferias das chamadas cidades-dormitório, de boias-frias ou a migrar sazonalmente para as regiões de monocultura. O desejo de participação social e política revelou as mais

oficializou o início do processo de assentamento de 80 famílias, distribuídas em quatro agrovilas, na forma de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) (SCOPINHO, 2006).

A presença do MST na região colocou em debate modelos organizativos para os assentamentos rurais. Para o movimento, um assentamento torna-se um espaço para a construção de novas relações sociais à medida que se estrutura a partir de um processo organizativo que leva em conta tanto a dimensão econômica e as estratégias de sobrevivência das famílias quanto as dimensões relacionadas ao convívio social e a participação política e comunitária. Isso é importante para não reproduzir as relações sociais vigentes no mundo rural brasileiro, as quais, de acordo com os dirigentes, ocorrem porque o trabalhador, por força das circunstâncias, organiza o seu tempo e a sua vida em torno de estratégias de sobrevivência imediata da família, limitando a sua participação política à reivindicação de salários e/ou de melhores preços para os seus produtos. Do ponto de vista do MST, os assentamentos assim organizados podem se constituir em espaços de resistência econômica e política para os trabalhadores rurais (SCOPINHO, 2006).

No Sepé Tiarajú, o principal desafio do processo organizativo era o de como convergir para a diversidade sociocultural no sentido de realizar um projeto de assentamento coletivamente construído, com base na cooperação e na agroecologia, com viabilidade socioeconômica e ambiental, e sem negar tradições, costumes, necessidades e interesses dos assentados. Para Scopinho (2006), a convivência e o diálogo foram estratégias importantes para compreender as características, o pensamento e o cotidiano de trabalho e de vida das famílias.

No assentamento, desde os tempos de acampamento, a produção sempre foi agroecológica. Por falta de recursos para comprar insumos, sementes e máquinas de grande porte, e também por orientação do MST, os acampados tiveram que resgatar antigas técnicas ou inventar um jeito de produzir que prescindisse de tecnologia “avançada”. Sempre chamou a atenção dos visitantes a biodiversidade de plantas e de animais existente nos pomares e jardins improvisados no entorno dos barracos. Aos poucos, eles trouxeram de volta para a Fazenda Santa Clara algumas espécies de pássaros e de pequenos animais (SCOPINHO, 2006).

inequívocas evidências da possibilidade de enraizamento, porque dizia respeito à vontade não só de participar, real e ativamente, daquela coletividade mas também de ajudar na construção de outras.

Entre as principais vantagens apontadas sobre a cooperação, Scopinho (2006) destacou as relacionadas às melhorias na organização, no sistema de planejamento e na gestão da produção. Os assentados percebiam as vantagens de natureza social trazidas pela cooperação, no sentido de facilitar as relações sociais, políticas e culturais, e de melhorar as condições de vida. Entenderam ainda que a utilização racional dos recursos diminuiu os custos de produção, porque juntos podem comprar insumos e providenciar a logística necessária para produzir. Revelaram-se os sentidos tanto idealizados como abstratos que iam desde o aumento da autoestima dos assentados até a minimização do isolamento (SCOPINHO, 2008).

Segundo Scopinho (2006), para os que não tinham experiência com o trabalho rural, a cooperação significava ainda um espaço de convivência que favorecia a formação para o trabalho através do aprendizado de formas cooperadas e agroecológicas de trabalhar a terra, o que criava a possibilidade de melhor conhecer as pessoas que conviviam na comunidade, de discutir problemas comuns e de planejar a produção e a vida com menor margem de erro, bem como de melhorar as condições de vida, de ter mais dignidade e proteção social, a partir da inserção e da convivência em um grupo organizado, de possibilitar a discussão sobre as questões políticas e sociais que interessam aos assentados, como a conjuntura política nacional e os rumos da reforma agrária, as causas do êxodo rural, a ausência ou a inadequação das políticas públicas para o homem do campo.

Para Scopinho (2006), esse aprendizado aumentaria as chances de participação e de interferência nas decisões políticas no âmbito local, regional e nacional, e ajudaria na criação e na manutenção de estruturas organizativas para viabilizar a cooperação e a formação. Em suma, para os assentados, a cooperação poderia ser um novo caminho para o enraizamento, ao contribuir para criar condições para a sobrevivência econômica, social e política da comunidade.

Ainda segundo a autora, os sentidos contraditórios da cooperação estavam presentes nos valores individuais e na forma como os assentados percebiam a sua própria condição nas relações que estabeleciam uns com os outros, no cotidiano do assentamento. No Sepé Tiarajú, muitos assentados viam a cooperação como uma imposição do MST e do Incra. Suas respostas eram controladas pelo medo de perder a oportunidade de ser assentado. Por esse motivo, procurou-se aprender que sentidos eram atribuídos pelos assentados à cooperação em termos de vantagens e desvantagens percebidas ao experimentá-la no cotidiano do assentamento, principalmente, a partir da experiência de trabalhar coletivamente.

No assentamento, foram mencionadas algumas desvantagens oriundas de diferenças individuais, além da crença de que o trabalho cooperado poderia ser semelhante, em caráter hierárquico, ao modelo assalariado. A percepção dessas diferenças individuais remete a uma questão crucial no ideário de cooperação, que é a noção de justiça na distribuição do trabalho e de seus resultados. Duas questões importantes estão envolvidas. A primeira diz respeito à ideia da falta de padronização da tarefa e do comportamento dos trabalhadores, que é uma exigência característica da heterogestão para garantir a diminuição dos custos de produção, e o aumento da produtividade do trabalho e da qualidade do produto. Para Scopinho (2006), o princípio de igualdade inerente ao ideário cooperativista teria a desvantagem de não padronizar e de não homogeneizar.

Conseqüentemente, a segunda questão remete à percepção de que faltavam mecanismos de distribuição equitativa dos resultados do trabalho que, de acordo com os assentados, estariam relacionados à falta ou ao não cumprimento dessas regras. Ao mesmo tempo em que se sentiam autônomos e possuidores de mecanismos próprios para eliminar as desigualdades sociais, viam-se como assalariados e não percebiam diferenças entre a dinâmica de funcionamento do coletivo de trabalho construído no assentamento e a das turmas de empreiteiros às quais pertenceram enquanto estiveram na condição de boias-frias (SCOPINHO, 2006).

Em síntese:

Embora, de modo geral, os assentados fossem contrários à ideia da formação de uma cooperativa, a cooperação era uma ação social muito presente no cotidiano das famílias e nos pequenos grupos de trabalho que se formavam e se desmanchavam, na medida da necessidade. Pode-se dizer que no Sepé Tiarajú predominava a cooperação espontânea, orgânica de acordo com a necessidade. Mais do que a propriedade de um pedaço de terra e renda, os assentados esperavam obter no Sepé Tiarajú moradia, trabalho e segurança física e psicológica, possibilidade de participação social e política (SCOPINHO, 2006, p. XX).

Acreditamos que os governos Lula e Dilma no plano federal, bem como o governo do PSDB em São Paulo, bloquearam a reforma agrária. No entanto, foram criadas algumas políticas simbólicas pelo governo federal, entre as quais poderíamos destacar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Programa Terra Forte.

Essas políticas são formalmente criadas, mas não há *vontade política* - por parte das classes proprietárias - para a disseminação das experiências de agroecologia¹⁸, de cooperação

¹⁸ Para o debater da agroecologia, ver Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho (2013), Pires (2021) e Novaes, Mazin e Santos (2015).

e de cooperativismo, como vimos nas páginas anteriores¹⁹. Para que a agroecologia deixe ocupar uma posição marginal e até *exótica* no modo de produção capitalista, deverá haver um longo processo de unificação das lutas anticapital na América Latina e, como parte disso, a superação do Estado capitalista que sustenta o agronegócio²⁰.

Vejamos uma notícia veiculada pelo site do MST: “Assentados conquistam 1º agroindústria do Terra Forte em Andradina - São Paulo”:

As famílias assentadas e acampadas da região de Andradina (SP) serão as pioneiras da primeira agroindústria financiada pelo Programa Terra Forte no Estado de São Paulo. A Coapar receberá cerca de R\$ 12,8 milhões para investir na construção da agroindústria. Para Lourival Plácido de Paula, presidente da COAPAR, a assinatura do acordo significa o reconhecimento do trabalho realizado há anos nos assentamentos. A região de Andradina tinha como base a pecuária de corte, mas com o desenvolvimento dos assentados e de sua produção, os trabalhadores rurais foram migrando para a produção leiteira. ‘A industrialização é o elemento necessário para agregar valor à matéria-prima produzida pelos assentamentos. Esperamos contribuir cada vez mais com as cooperativas e com o desenvolvimento da reforma agrária’, disse o Ministro do Desenvolvimento Agrário de São Paulo, Laudemir Muller.

O Programa Terra Forte, lançado em 2013 pela presidenta Dilma Rousseff, tem o objetivo de apoiar projetos de agroindustrialização da reforma agrária.

Segundo Delveck Matheus, da direção nacional do MST, o programa é resultado de anos de luta dos movimentos sociais do campo, e se consolidou por meio de uma ação conjunta entre os movimentos, a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A assinatura desse acordo é importante para dar vazão a antigas reivindicações das famílias assentadas.

O presidente nacional do Incra, Carlos Guedes, reconheceu que ‘esse é um projeto de cada homem e cada mulher. Cada assentado que luta diariamente pelos seus direitos e pelo reconhecimento de sua terra. É um passo, não o fim da caminhada. E o nosso papel é investir e apoiar ações que priorizem o crescimento sustentável dos assentamentos. Esse é um sinal de que os trabalhadores rurais estão no caminho certo’.

Com 46 assentamentos e mais de 4.500 famílias, Andradina é a única cidade do país a ter uma Secretária Especial da Reforma Agrária. Para o prefeito municipal da cidade, Jamil Akio Ono, o investimento feito na região por meio da cooperação irá beneficiar toda a cidade.

A agroindústria será erguida no distrito industrial de Andradina. Com a liberação efetiva da verba, o prefeito espera que as construções sejam iniciadas no início de 2015. O termo de cooperação é o primeiro de um total de 33 projetos qualificados pelo governo federal. Destes, 23 foram aprovados e aguardam liberação de recursos. O plano que tem uma duração de cinco anos não prevê data-limite para o repasse de verba (MST, 2015).

¹⁹ No Estado de São Paulo, muitos estudos têm mostrado a enorme força política do agronegócio e o bloqueio as tentativas de reforma agrária. Ver, por exemplo, Oliveira (2011), Azevedo, Thomaz Jr. e Oliveira (2006) e Souza (2011), além de Sampaio Jr. (2013) e Barreto (2012).

²⁰ Ver Novaes e Pires (2015).

O bloqueio à reforma agrária neutralizou a criação de ações mais avançadas no campo da organização produtiva e distributiva dos assentamentos. Se é verdade que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuíram para a melhoria da renda dos assentamentos, também é verdade que esses programas deram um cunho utilitarista e economicista ao cooperativismo e associativismo.

Para piorar, na falta de criação das condições gerais de produção, e tendo como fundamentos o trabalho associado e a agroecologia, é natural que, nos poucos assentamentos criados no Estado de São Paulo, predomine o *salve-se quem puder*. Cada família sai em busca da produção no seu pedaço de terra, na tentativa de arrancar dela sua sobrevivência imediata. Os recursos para infraestrutura e habitação não saem e, com isso, a experiência de vida coletiva e de trabalho coletivo vivenciados nos acampamentos ou em experiências anteriores tendem a cair por terra.

Cabe salientar também que, durante o lulismo, o MST São Paulo teve enorme dificuldade de mobilizar as massas para a luta pela terra, por novas formas de organização do trabalho e da vida. Essas mudanças decorrem em grande medida da atenuação do desemprego nos governos Lula-Dilma, do Programa Bolsa Família e de outras políticas sociais que mudaram o cenário socio-econômico brasileiro. Por sua vez, depois do golpe de 2016, a grande ofensiva do capital, que promoveu inúmeras reformas, criou enormes dificuldades para a própria sobrevivência do movimento.

Com a diminuição drástica dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), intensificaram-se as tentativas dos assentados de vender de porta em porta, fazer parceria com sindicatos e universidades, dentre outras, para tentar compensar a queda das compras públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florestan Fernandes (2006), no seu livro clássico *O circuito fechado*, procurou mostrar que, no final dos anos 1960, as burguesias latino-americanas deram uma resposta clara às lutas populares. Em vez de incorporar e absorver as demandas clássicas por terra, melhores salários e condições de vida, acesso à educação pública etc., responderam *fechando o circuito* de demandas e, pior que isso, estrangulando as lutas sociais, inclusive com torturas, assassinatos e ações com uso da força e da violência extrema.

No atual momento histórico, as frações do capital que comandam o Estado de São Paulo obviamente impedem o avanço da reforma agrária. Seus traços autocráticos a levam a realizar uma repressão violenta às demandas populares, mostrando mais uma vez a atualidade da teoria do circuito fechado. Quando não atua diretamente através da violência física, atua através de formas mais sutis de violência, como a destruição sistemática da saúde pública, da educação pública e de qualidade, privatizações e terceirizações de serviços, dentre outras medidas.

Por último, mas não menos importante, cabe destacar que as classes proprietárias até toleram a existência de feiras agroecológicas, cursos de formação em cooperativismo, alguns assentamentos agroecológicos, experiências isoladas de cooperativismo e associativismo, desde que essas atividades não abalem os pilares de dominação na sociedade de classes: propriedade privada dos meios de produção, venda da força de trabalho, Estado como aparato de reprodução do capital e que promova a educação pró-capital.

Neste contexto, os assentamentos do MST do Estado de São Paulo se tornam algo bastante curioso: são ilhas cercadas por cana e eucalipto por todos os lados, com pouquíssimas chances de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J.; THOMAZ JÚNIOR, A; OLIVEIRA, A. M. S. *A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP)*. Geografia em Atos (Online), v. 1, p. 10-17, 2006.

BARRETO, M. J. *Territorialização das agroindústrias canavieiras na Região do Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BARRIGUELLI, J. C. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos: UFSCAR, Arquivo de História Contemporânea, 1981. 3v.

BERNARDO, J. MST e agroecologia: uma mutação decisiva. *Passa Palavra*, 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/03/97517>>.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 4, n° 3, p.140-153, set/dez, 1994.

- CERIOLO, P. *Educação para a cooperação: experiência do curso técnico em Administração de cooperativas do MST*. São Leopoldo, UNISINOS-RS, 1997 (Especialização).
- CERIOLO, P.; MARTINS, A. *Caderno de Cooperação Agrícola*. Sistema Cooperativista dos Assentados. n. 5. São Paulo: MST, n. 5, 1999.
- CHRISTOFOLLI, P. I A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, F. C; NOVAES, H. T; BATISTA, E. L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DAL RI, N. M.; VIETTEZ, C. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone, Fapesp, 2008.
- FERNANDES, F. *O circuito fechado*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- FERNANDES, F. *Nova república?* São Paulo: Zahar, 1986.
- HILSENBECK FILHO, A. *O MST no fio da navalha – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2013.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- LEANDRO, J. B. *Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão-SP*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 2003.
- LIMA, A. S. *A Militância Comunista e as Lutas Camponesas no Interior Paulista (1945-1958)*. Dissertação de mestrado. UNESP, Marília, 2009.
- MARTINS, A. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 2004.
- MATEUS, D. *Entrevista a Henrique Novaes, João Henrique Pires e Douglas Silva*. Agudos (SP), maio de 2015.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S.P. (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MENEZES NETO, A. J. *Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, USP, 2001.

- MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MOLINA, M.; ARELARO, L.; WOLF, S. Resumo do 2º Encontro do Residência Agrária, Brasília, agosto de 2015.
- MORISSAWA, M. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, C. *As rebeliões no Estado de São Paulo*. In: MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. 5ª edição.
- MST. Assentados conquistam 1º agroindústria do Terra Forte em SP. <http://www.mst.org.br/2014/09/25/assentados-conquistam-1-agroindustria-do-terra-forte-em-sp.html> Obtido em 20/01/2015.
- NOVAES, H. T. e outros. *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*. Marília: Lutas anticapital, 2018.
- NOVAES, H. T.; SANTOS, L.; PIRES, J. A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. *Questão agrária, Cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.
- NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. *Questão agrária, Cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. Os Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. In: SIMONETTI, M. L. (Org.). *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. 1ª ed. São Paulo/Marília: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, 2011, v. 1, p. 159-180.
- PINHEIRO MACHADO, L. C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. *Dialética da agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- PIRES, J. H. S. *Estudo, trabalho e agroecologia: apontamentos para uma educação para além do desenvolvimento sustentável no MST (PR)*. Marília: Cultura acadêmica – Unesp, 2021 (no prelo).

SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) *Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, Selma. História da Coopava. In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) *Questão agrária, cooperação e agroecologia*, vol II. São Paulo: Outras Expressões, 2015, no prelo.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SOUZA, S. M. R. *A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

RIBAS, A. D. MST, Cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: THOMAZ JR., A. (Org.). *Geografia e Trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2004, v. 1, p. 8-40.

RODRIGUES, F. C. *MST – Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980*. Marília: Lutas anticapital, 2020.

SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) *Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, Selma Aparecida dos. *A trajetória do Assentamento Reunidas: o que mudou?* 133f. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Unicamp, 2007.

SCOPINHO, R. Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. Controle do Trabalho e Condições de Vida em Assentamentos Rurais: Possibilidades e Limites da Cooperação Autogestionária. In: *VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural, 2006, Quito-Ecuador. VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural*. Quito-Ecuador: ALASRU, 2006.

SOBREIRO FILHO, J.; SILVA, H. C. G. M. ; ORIGUELA, C. F. . Ocupações de terra no Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema (1988-2011). In: FERNANDES, B. M.; CAMPOS, J. F. S. ; COCA, E. L. F.. (Orgs.). *Dataluta 10 anos*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 69-100.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, 3ª Reimpressão.

VAZZOLER, M. R. *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

WELCH, C. A. *A semente foi plantada – as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Submetido em março de 2021

Aceito em julho de 2021